ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO FINAL DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA MORADIA POPULAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Coordenador-Geral: Deputado João Paulo do PT

Membros:

Deputada Dani Portela
Deputada Débora Almeida
Deputada Delegada Gleide Ângelo
Deputado Doriel Barros
Deputado Francismar Pontes
Deputado João Paulo do PT
Deputado Joaquim Lira
Deputado Luciano Duque
Deputado Mário Ricardo
Deputada Rosa Amorim
Deputada Socorro Pimentel
Deputado William Brigido

Sumário

1. APRESENTAÇÃO 3

1.1 Constituição 3

1.2 Composição 3

2. INTRODUÇÃO 4

3. ATIVIDADES 4

Reunião de instalação 4

Reunião Ordinária nº 1 8

Reunião Ordinária nº 2 13

Reunião Ordinária nº 3 15

Reunião Ordinária nº 4 18

Reunião Ordinária nº 5 20

4. PRODUTOS DA FRENTE PARLAMENTAR 26

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Constituição

Esta Frente Parlamentar tem origem no Requerimento nº 2212/2024, de autoria do Deputado João Paulo do PT, aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco no dia 19 de junho de 2024.

O prazo de funcionamento da Frente Parlamentar é de até dois anos a partir da sua instalação, podendo ser renovado, por igual período, até o limite da Legislatura, nos termos do art. 361 do Regimento Interno da Alepe (Resolução nº 1.891, de 18 de janeiro de 2023).

1.2 Composição

Na forma do § 4º do art. 359 do Regimento Interno da Alepe, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Álvaro Porto, deferiu o Requerimento nº 2212/2024, por meio do Ato nº 1430/2024, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Legislativo em 20 de junho de 2024, designando os seguintes membros para compor a Frente Parlamentar[1]:

Deputada Débora Almeida	PSD
Deputada Delegada Gleide Ângelo	PP
Deputado Doriel Barros	PT
Deputado Francismar Pontes	PSB
Deputado João Paulo do PT	PT
Deputado Joaquim Lira	PV
Deputado Luciano Duque	PODEMOS
Deputado Mário Ricardo	PODEMOS
Deputada Socorro Pimentel	PSD
Deputado William Brígido	PSD

Por meio do Ofício nº 6574, de 20 de junho de 2024, do Deputado João Paulo do PT, foi solicitada a inclusão das Deputadas Rosa Amorim e Dani Portela, ambas do PT, como membros da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular no Estado de Pernambuco.

[1] As filiações partidárias dos membros foram atualizadas.

2. INTRODUÇÃO

A Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular no Estado de Pernambuco foi criada por meio do Ato nº 1430/2024, exarado pelo Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Deputado Álvaro Porto, em atendimento ao Requerimento nº 2212, de 11 de junho de 2024.

Segundo relatório produzido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e entregue à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) no mês de maio de 2024, o déficit de moradias no estado é de aproximadamente 327 mil unidades habitacionais.

Além do déficit habitacional, o estado apresenta um elevado número de moradias precárias, o que compromete a qualidade de vida de uma parcela numerosa da população pernambucana. De acordo com levantamento realizado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), o estado de Pernambuco terá o segundo maior crescimento do déficit habitacional da Região Nordeste até o ano de 2030.

Segundo dados do estudo anual, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a RMR apresenta um índice absoluto do déficit habitacional que supera a marca de 130 mil unidades habitacionais, o que representa um déficit relativo de 10,2%.

Nesse contexto, foi realizada, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no dia 10 de junho de 2024, audiência pública acerca do programa Morar Bem Pernambuco, que, dentre outros encaminhamentos, indicou a necessidade da criação da uma frente parlamentar dedicada à habitação, com o objetivo de atuar, de forma permanente, em defesa da moradia popular, em parceria com o governo do estado e com os movimentos sociais.

3. ATIVIDADES

Reunião de instalação

Data: 09/09/2024

Horário: 14h

Local: Auditório Sérgio Guerra

Deputados presentes: João Paulo do PT e Rosa Amorim

Convidados: Paulo Lira, presidente da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab); João Victor de Oliveira, superintendente Executivo de Habitação da Caixa Econômica Federal (CEF); e Clarissa Lima, especialista em Habitação.

No dia 09 de setembro de 2024, às 14h, em reunião realizada no Auditório Senador Sérgio Guerra, nesta Casa Legislativa, ocorreu a instalação oficial da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular no Estado de Pernambuco.

A Reunião de Instalação contou, ainda, com a presença de diversos movimentos sociais de luta por moradia digna, representados pelos seguintes convidados: Lídia Brunes (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco - MTST/PE), Giancarlos Lírios (Movimento de Luta e Resistência pelo Teto), Sérgio Capoeira, Patrícia Conceição, Alefe Afonso dos Santos (Movimento Popular pela Moradia Digna) e Tomás Ribeiro (MTST Brasil).

Inicialmente, o Deputado João Paulo do PT elencou os principais objetivos da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular: aprofundar discussões e buscar soluções para reduzir o déficit habitacional no estado. Além disso, lamentou a ausência de representantes da Prefeitura do Recife, convidados a participar da reunião.

Representando o Poder Executivo, o Presidente da Cehab, Paulo Lira, detalhou as ações que vêm sendo realizadas no enfrentamento do déficit habitacional no estado. Em sua apresentação, destacou o programa Morar Bem Pernambuco, política habitacional estadual centrada em 5 eixos principais de atuação:

- retomada de obras: inclui os investimentos em infraestrutura para a retomada de obras habitacionais paralisadas, em especial aquelas do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). O investimento total previsto nesse eixo é de R$ 28,7 milhões, beneficiando 3.752 famílias;
- novas unidades habitacionais: o programa Morar Bem apresenta a modalidade “entrada garantida”, um subsídio do governo estadual de R$ 20.000,00 destinado a quitar a entrada do imóvel, com o beneficiário assumindo as parcelas seguintes. Atualmente, tal modalidade, que conta ainda com o aporte de recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), já conta com mais de

70.000 famílias cadastradas, e possui 120 empreendimentos cadastrados (mais de 8.300 unidades habitacionais disponíveis), distribuídos em alguns municípios pernambucanos, a exemplo de Caruaru, Petrolina, Belo Jardim, Pesqueira, Arcoverde e Garanhuns, além daqueles pertencentes à Região Metropolitana do Recife (RMR). Foi informado, ainda, que houve um incremento de 200% nos valores de investimentos e um aumento de 143% no número de unidades habitacionais financiadas no estado no 1º semestre de 2024 em relação ao ano de 2022;

- melhoria habitacional: consiste na reforma de moradias em comunidades vulneráveis. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2022, mais de 385 mil domicílios urbanos no estado contam com alguma inadequação edilícia, sendo mais de 200.000 deles concentrados na RMR. Na 1ª etapa do programa Reforma no Lar, a previsão é de que 2.600 famílias sejam beneficiadas;
- regularização fundiária: entrega do título de propriedade à população que reside em domicílios próprios, mas em situação de inadequação fundiária. Até o final do mês de agosto/24, 6.035 títulos haviam sido entregues, ou seja, mais de 6 mil famílias passaram a ter segurança jurídica em sua moradia, enquanto que cerca de 29 mil títulos estavam com ações de regularização fundiária em andamento;
- alienação de imóveis: venda de imóveis públicos que não possuem destinação específica, com a transferência desses recursos para o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS).

De acordo com dados apresentados pela Deputada Rosa Amorim, existe um déficit de 327 mil unidades habitacionais no Estado de Pernambuco, sendo 85% dele concentrado em área urbana. Esses números, com dados do ano de 2019, estão no relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), entregue à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) no mês de maio de 2024. De acordo com a deputada, “a pauta da moradia em Pernambuco pede ações efetivas e imediatas. A ausência de um Plano Diretor que regularize e fiscalize imóveis que não cumprem a função social da propriedade resulta em muita casa sem gente, e muita gente sem casa”.

A especialista em habitação Clarissa Lima destacou a importância das políticas públicas de habitação e apresentou os seguintes números em relação ao déficit habitacional (dados do IBGE, 2022):

- no Brasil, o déficit habitacional total é de 6,2 milhões de unidades, dividido da seguinte forma: 1,7 milhão de unidades referem-se à habitação precária; 1,3 milhão caracterizam-se pela coabitação; e 3,2 milhões têm relação direta com o componente do ônus excessivo com aluguel;
- cerca de 26 mil famílias habitam em condições precárias no estado, enquanto que mais de 50.000 unidades habitacionais apresentam o componente da “coabitação” como o seu principal problema.

Em sua fala, Clarissa destacou, ainda, a importância de a Alepe entrar no diálogo e no enfrentamento do déficit habitacional, tanto o quantitativo quanto o qualitativo, uma vez que, segundo a debatedora, “não basta ter casa, é preciso ter habitabilidade”.

Em sua fala, o Superintendente Executivo de Habitação da CEF, João Victor de Oliveira, destacou que foram contratadas mais de 13 mil unidades habitacionais com recursos do FAR e do FDS até agosto deste ano, com o total de R$ 4,2 bilhões em recursos para a habitação no estado proveniente dos dois fundos. Ressaltou ainda que as parcerias feitas com o governo do estado e com as prefeituras têm alavancado os financiamentos habitacionais em vários municípios pernambucanos.

Os representantes de movimentos sociais em defesa da moradia presentes à reunião elogiaram em seus discursos a iniciativa de criação da referida Frente Parlamentar e reivindicaram uma participação direta da sociedade civil no colegiado. Destacaram os anos dedicados à luta por moradia digna e apontaram a existência de diversos prédios abandonados no Centro do Recife, sem função social.

O representante do Movimento Popular pela Moradia Digna, Alefe Afonso dos Santos, ressaltou: “enquanto uns têm o privilégio de morar em um condomínio bonito, outros lutam para garantir um espaço seguro para sua família. Moradia não é luxo, é um direito de todos e um dos pilares para a dignidade social”.

Após a escuta dos convidados, o Deputado João Paulo do PT destacou a grande preocupação do Poder Executivo Municipal, durante a sua gestão, com o tema da habitação, enfatizando os esforços para remover famílias de áreas de

risco, como sob a ponte do Limoeiro, conhecida como “Favela do Morcego”; mencionou, ainda, diferentes ações em comunidades e áreas vulneráveis, tais como Brasília Teimosa, Torre, Várzea e Cordeiro.

Além disso, o coordenador-geral da Frente Parlamentar destacou a importância de envolver as gestões municipais, em especial a do Recife, no processo de manutenção contínua dos conjuntos habitacionais construídos. Nesse sentido, propôs que o próximo passo seja aprofundar o debate sobre a responsabilidade pública na manutenção dessas moradias, convidando os gestores a se engajarem mais ativamente na discussão e na implementação de soluções para esses desafios habitacionais.

Reunião Ordinária nº 1

Data: 08/05/2025

Horário: 14h

Local: Auditório Sérgio Guerra

Deputados presentes: Deputado João Paulo do PT e Deputado Doriel Barros

Convidados: Inês Magalhães, vice-presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal (CEF); Simone Nunes, titular da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh); Paulo Lira, presidente da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab); Francisco Amaral, presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart); e Lídia Brunes, representante do Conselho das Cidades e Coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Pernambuco (MTST/PE)

Tema: Projetos de Habitação Popular do Governo Federal em Pernambuco

No dia 08 de maio de 2025, às 14h, em audiência realizada no Auditório Senador Sérgio Guerra, nesta Casa Legislativa, ocorreu a 1ª Reunião Ordinária da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular no Estado de Pernambuco.

A reunião, que contou com uma grande participação de lideranças e movimentos sociais, debateu o déficit habitacional no estado, dando voz aos problemas que vêm sendo enfrentados pela população, em especial na Região Metropolitana do Recife (RMR). O déficit habitacional em Pernambuco é estimado em 327 mil unidades habitacionais, sendo 85% delas concentradas em áreas urbanas.

O Deputado João Paulo do PT, coordenador desta Frente Parlamentar, iniciou a reunião destacando que, apesar do grande déficit habitacional existente em todo o país, o Brasil voltou a avançar na área da habitação, com a retomada, pelo governo federal, do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), e com as ações desenvolvidas pelo governo do estado no âmbito do Programa Morar Bem Pernambuco.

De acordo com o parlamentar, a política habitacional estadual, que também conta com recursos advindos do governo federal, já beneficiou mais de 7.500 famílias com subsídios para aquisição da casa própria. Além disso, promoveu mais de 8.200 regularizações fundiárias, com a meta de alcançar 50 mil regularizações até o final do ano de 2026.

O Deputado Doriel Barros, membro do colegiado, destacou a importância de debater o tema da habitação, que, segundo ele, sofreu um grande retrocesso no governo de Jair Bolsonaro. O parlamentar defendeu o direito à moradia e ressaltou o compromisso da atual gestão federal com a classe trabalhadora, além de destacar os investimentos na área habitacional realizados pelo governo do estado.

Em seguida, a vice-presidente de Habitação da CEF, Inês Magalhães, e a secretária estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Simone Nunes, fizeram prestações de contas acerca dos investimentos na área habitacional, assim como das entregas realizadas no estado, em grande parte fruto da parceria entre o estado e o governo federal.

Inês Magalhães fez uma apresentação das atividades da empresa voltadas à área habitacional, destacando dados relativos ao Brasil e ao Estado de Pernambuco. Segundo a gestora, um dia de trabalho da Caixa, no âmbito estadual, corresponde, em média, a 106 novos contratos habitacionais, o que representa cerca de R$ 28 milhões em financiamentos. Por dia, são registradas aproximadamente 10 mil simulações no site para financiamento de imóveis em Pernambuco.

Inês Magalhães destacou a importância da recriação, em janeiro de 2023, do Ministério das Cidades, seguida do lançamento do Novo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), ocorrido no mês de julho do mesmo ano.

Em sua fala, a gestora demonstrou o grande incremento das contratações do PMCMV no estado entre os anos de 2023 e 2024, passando de cerca de 15 mil

habitacionais para um pouco mais de 31 mil unidades. Essa variação deveu-se, sobretudo, às contratações via FAR/FDS/RURAL e ao aumento da quantidade de entregas da Faixa 1.

A seguir, é apresentado um quadro com o detalhamento dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU) destinados às contratações da Faixa 1 do PMCMV no ano de 2024:

Gráfico 1 - Contratações Faixa 1 / Recursos OGU - 2024

BRASIL	NORDESTE	PERNAMBUCO
FAR 875 Empreendimentos **133.428 UH** R$ 21,02 bi	**FAR** 389 Empreendimentos **60.267 UH** R$ 9,27 bi	**FAR** 50 Empreendimentos **8.486 UH** R$ 1,38 bi
ENTIDADES 146 Empreendimentos **16.117 UH** R$ 1,76 bi	**ENTIDADES** 77 Empreendimentos **6.882 UH** R$ 540,60 mi	**ENTIDADES** 6 Empreendimentos **1.096 UH** R$ 170,97 mi
RURAL 491 Empreendimentos **19.679 UH** R$ 127,12 mi	**RURAL** 300 Empreendimentos **14.243 UH** R$ 76,07 mi	**RURAL** 4 Empreendimentos **151 UH** R$ 0,40 mi
TOTAL 1.306 empreendimentos **157.455 UH** R$ 21,32 bi	**TOTAL** 766 Empreendimentos **81.392 UH** R$ 9,89 bi	**TOTAL** 60 Empreendimentos **9.733 UH** R$ 1,55 bi

Fonte: Caixa Econômica Federal (CEF).

Representando o Poder Executivo Estadual, Simone Nunes prestou contas das ações setoriais de habitação desenvolvidas até o mês de maio/25, no âmbito do Programa Morar Bem Pernambuco, nos seguintes eixos de atuação:

- Reforma no Lar: consiste na correção de inadequações habitacionais de moradias em comunidades vulneráveis, tais como fachada, telhado, instalações elétricas e hidráulicas, portas e janelas, adequação de banheiro e divisão de cômodos.

  Na 1ª etapa de implementação do “Reforma no Lar”, foram beneficiadas 2.600 famílias. A 2ª etapa do programa prevê o atendimento, em 2025, de 10 mil Unidades Habitacionais (UH), distribuídas, estimativamente, da seguinte forma: 6 mil UH em Recife; 2 mil UH nos demais municípios da RMR e na Zona da Mata; e 2 mil UH nas regiões do Agreste Central, Sertão Central e Sertão do São Francisco.

- Entrada Garantida: corresponde a um subsídio do governo estadual de R$ 20.000,00 destinado a quitar a entrada do imóvel, com o beneficiário assumindo as parcelas seguintes.

  Até o início do mês de maio/25, tal modalidade contava com 10.352 beneficiados (R$ 207,04 milhões em subsídios investidos) e 214 empreendimentos cadastrados, distribuídos por 26 municípios pernambucanos.
- Retomada de obras: inclui os investimentos em infraestrutura para a retomada de obras habitacionais paralisadas do MCMV. O investimento total previsto nesse eixo é da ordem de R$ 46,3 milhões, beneficiando 3.648 famílias, conforme abaixo:

  - Obras retomadas e finalizadas: 4 empreendimentos e 984 UH (Residencial Severino Quirino, em Caruaru; Residencial Jordão, em Jaboatão dos Guararapes; Residencial Mulheres Tejucupapo, em Recife; e Residencial Jurema, em Bezerros).

  - Obras em andamento: 5 empreendimentos e 1.155 UH (Residencial Vanete Almeida, em Serra Talhada; Residencial Vitória do Forte, em Itamaracá; Residencial Viver, em Bom Conselho; Residencial Padre Henrique, em Jaboatão dos Guararapes; e Residencial Riacho do Mel 2, em Gravatá).

  - Obras em processo de retomada: 3 empreendimentos e 1.509 UH (Residencial Lagoa do Ouro 2, em Lagoa do Ouro; Residencial Alfredo Cintra, em São Bento do Una; e Residencial Santa Clara, em Barreiros).
- Regularização Fundiária: entrega do título de propriedade à população que reside em domicílios próprios, mas em situação de inadequação fundiária. Até o início do mês de maio/25, 10.283 processos de regularização fundiária haviam sido realizados, enquanto que 30.271 estavam com ações em andamento. Cabe destacar que os processos de regularização fundiária são capitaneados pela Perpart, empresa vinculada à Seduh.

  Nesse eixo de atuação, o Programa Regmel, que prevê a regularização fundiária seguida da realização de obras de melhoria habitacional, já beneficiou 2.252 famílias, em 28 municípios pernambucanos. A meta do Regmel é beneficiar um total de 7.791 famílias.

Simone Nunes apresentou ainda o Projeto Retrofit, voltado à requalificação de prédios degradados, não utilizados e subutilizados, localizados no Centro do Recife, para habitação social: Edifício nº 371 (antigo prédio do IBGE) e Edifício Segadas Viana (antigo prédio do INSS), além do Edifício da Caixa, localizado na Av. Guararapes (em negociação). O intuito do "retrofit" é promover o desenvolvimento sustentável da cidade, transformando a vida das pessoas de uma forma inclusiva.

Em relação aos novos projetos habitacionais, a gestora destacou o Habitacional Frei Caneca (terreno da antiga Vice-Governadoria), que contará com 3 blocos e 48 UH, e contemplará as famílias que residiam no Canal de Santa Terezinha (também conhecido como Canal da Vovozinha), em Santo Amaro; e o Residencial Vicência, composto por 12 casas térreas, que contemplará as famílias atingidas pelos temporais de 2022, no município de Vicência.

Em que pesem os números oficiais apresentados, os representantes dos movimentos sociais presentes na reunião cobraram celeridade das instituições envolvidas nas ações habitacionais. Outra reclamação recorrente foi o acesso às políticas públicas, a exemplo do Programa Morar Bem PE, que, segundo os convidados, possuem requisitos difíceis de serem atendidos.

Davi Lira, representante do Movimento de Luta por Teto, Terra e Trabalho (MLTT), denunciou que "a maioria do povo que paga aluguel não tem carteira assinada, está com o nome sujo. Esse funil, que é o Programa Morar Bem, não garante a entrada da casa própria para esses companheiros".

Lídia Jade, representando a comunidade do Sítio Bananas, localizada em Caruaru, denunciou o andamento de uma ação de reintegração de posse naquela localidade, que irá afetar mais de 600 famílias. Segundo Lídia, os primeiros moradores, praticantes da agricultura de subsistência, estão nessas terras há mais de 40 anos; foi informado, ainda, que tal situação caracteriza-se como especulação imobiliária, e que já foi ajuizada uma ação civil pública para solucionar o impasse, sem sucesso.

O despejo de famílias em áreas de risco ou para realização de obras estruturais pelo poder público também foi alvo de críticas na reunião. O representante da ONG Fase, André Araripe, relatou que essa situação vem ocorrendo com frequência no estado, com famílias sendo desalojadas em troca de indenizações precárias.

Por fim, são elencados a seguir alguns dos encaminhamentos da audiência pública:

- compromisso do governo do estado de continuar financiando ações habitacionais com recursos próprios, até o ano de 2027 (o Plano Plurianual prevê um investimento anual de R$ 332 milhões);
- aceleração das contratações pendentes do MCMV-Entidades (FDS), e solicitação de prorrogação do prazo para essas contratações;
- entrega de relatórios e apresentações técnicas, por parte da CEF e da Cehab, para movimentos sociais e parlamentares;
- ampliação do uso do sistema de armazenamento de água para áreas de encosta e palafitas;
- apoio à ocupação Roda de Gente, para as famílias ainda não contempladas;
- atenção ao município de Olinda, sobretudo para as áreas de risco e prédios caixão;
- alerta contra despejos promovidos por obras públicas (viárias e de drenagem), com apelo para que habitação e infraestrutura atuem de forma articulada;
- mobilização para as Conferências Municipais das Cidades, com destaque para a moradia como pauta prioritária;
- manutenção do diálogo direto do poder público com todos os movimentos sociais;
- equidade na mobilização dos movimentos sociais para as audiências públicas da Frente Parlamentar, com acesso à transporte e informações prévias para todos; e
- apoio público ao fortalecimento da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular e à realização de novas reuniões do colegiado.

Reunião Ordinária nº 2

Data: 22/09/2025

Horário: 10h

Local: Auditório Ênio Guerra

Deputados presentes: Deputado João Paulo do PT, Coordenador-Geral da Frente Parlamentar

Tema: Escuta dos Mutuários dos Prédios-caixão

No dia 22 de setembro de 2025, às 10h, no Auditório Ênio Guerra, ocorreu Audiência Pública para Escuta dos Mutuários dos Prédios-caixão. No encontro, proprietários de apartamentos em prédios-caixão da Região Metropolitana do Recife (RMR) apresentaram reivindicações à Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular.

Os prédios-caixão, como são popularmente conhecidos, correspondem às construções em que as próprias paredes sustentam a estrutura, sem vigas. As edificações desse tipo foram construídas principalmente na década de 1970, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), programa de financiamento habitacional do governo federal.

Essa técnica construtiva de baixo custo e vulnerável é considerada inadequada para o tipo de terreno predominante na RMR. No ano de 2023, desabamentos de prédios-caixão causaram 20 mortes no Grande Recife, de pessoas ocupantes dos imóveis após a sua interdição.

Inicialmente, os presentes discutiram a execução do programa “Cheque Esperança”, uma indenização destinada aos proprietários, herdeiros ou legitimados das edificações abrangidas pela Resolução do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS) nº 480/2024. Nesse programa, os proprietários de imóveis interditados recebem de indenização o valor de R$ 120 mil, com a consequente extinção das respectivas ações judiciais.

De acordo com a advogada Janielly Nunes, que representa os mutuários, há uma relação de 431 imóveis elegíveis para os acordos, resultado de um estudo realizado no ano de 2009. A advogada aponta que tal relação não representa a situação atual, e que o número de prédios-caixão interditados vai muito além daqueles definidos anteriormente. Nesse sentido, uma das reivindicações é que essa lista seja aditada, com a inclusão de outros imóveis.

Outra reclamação dos mutuários se refere ao valor da indenização prevista no Cheque Esperança. A presidente da Federação das Associações de Moradores dos Núcleos de Cohab e Similares no Estado de Pernambuco (Femocohab-PE), Elivânia Santos, afirmou que o valor de R$ 120 mil não atende às necessidades dos mutuários.

De acordo com Elivânia, as pessoas estão utilizando esse valor para pagar aluguel, uma vez que não conseguem adquirir outra unidade habitacional. Grande parte desses mutuários são pessoas idosas, que não conseguem efetuar um novo

financiamento. Por fim, a representante da Femocohab afirmou que a legislação aprovada no Congresso Nacional responsável por instituir o Cheque Esperança beneficiou as seguradoras que deviam indenizações pelos vícios construtivos, e não os mutuários.

Representantes de conjuntos habitacionais localizados nos bairros de Arthur Lundgren II, em Paulista (Sr. Helder), Rio Doce, em Olinda (Srs. Renato Lima e Astrogildo), e Curado, no Recife, também questionaram a falta de articulação entre governo federal, estadual e prefeituras no processo de interdição dos imóveis. Uma das queixas, por exemplo, é de que moradores que têm seus prédios interditados não estão recebendo assistência das prefeituras e ainda sofrem com furtos de bens e materiais dos apartamentos logo após a interdição.

Em suas considerações finais, o Deputado João Paulo do PT ressaltou que os moradores de prédios-caixão “foram jogados na periferia da RMR com a esperança de ter uma casa própria, mesmo distante do Centro e do seu trabalho, e agora estão sem receber sequer uma justa indenização”. Por fim, o parlamentar destacou a importância do papel do Poder Legislativo Estadual na mobilização política para trazer justiça aos moradores prejudicados.

Reunião Ordinária nº 3

Data: 24/11/2025

Local: Escola de Referência em Ensino Médio (Erem) Saturnino de Brito

Deputados presentes: Deputado João Paulo do PT, coordenador-geral da Frente Parlamentar

Convidados: Clarissa Lima, diretora de Programas Habitacionais da Cehab; Francisco Papaléo, secretário de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Jaboatão dos Guararapes/PE, e Luiz Byron, secretário executivo de Habitação e Regularização Fundiária; Jéssica Brenda, vice-presidente do Movimento Estadual por Moradia Popular em Pernambuco; Henrique da Fonte, defensor público do Estado; Valdelene Lima, representante do Movimento Semente Urbana; José Francisco e Alexsandro Dias, representantes do Movimento de Moradia Popular (MMPP); e pastor Ivaldo Sales, da Igreja Anglicana de Gaibu.

Tema: Déficit habitacional e vulnerabilidade social nos municípios de Jaboatão dos Guararapes/PE e do Cabo de Santo Agostinho/PE

No dia 24 de novembro de 2025, foi realizada a 3ª Reunião Ordinária da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular. O evento ocorreu na Escola de Referência em Ensino Médio (Erem) Saturnino de Brito, situada na Estrada da Batalha, s/nº, no bairro de Prazeres, no município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

A reunião foi aberta pelo Deputado João Paulo do PT, que apresentou os objetivos da Frente Parlamentar, ressaltando as dificuldades enfrentadas pela população para alcançar o direito à moradia digna, que deve ser tratado como política de estado e com planejamento metropolitano.

O parlamentar destacou, ainda, a necessidade de uma atuação efetiva do Poder Executivo, responsável pela implementação das políticas habitacionais, e chamou a atenção para os graves problemas da Região Metropolitana do Recife (RMR), em especial aqueles relacionados a alagamentos, chuvas intensas e desastres, que afetam de maneira direta as comunidades mais vulneráveis.

Na sequência, Valdelene Lima, representante do Movimento Semente Urbana, destacou a importância da atuação do colegiado, e reiterou a necessidade de um maior engajamento do Poder Legislativo Estadual para o avanço das políticas públicas voltadas à moradia popular.

Em sua fala, Jéssica Brenda, vice-presidente do Movimento Estadual por Moradia Popular, afirmou que a moradia é um direito fundamental e contínuo, e expressou gratidão pela oportunidade de representar a luta de diversas famílias nesse sentido.

José Francisco, representante do MMPP, destacou a trajetória histórica do Deputado João Paulo do PT na luta por moradia e alertou para o crescimento do déficit habitacional, destacando a relevância do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) como instrumento de apoio às famílias de baixa renda.

Alexsandro Dias, por sua vez, ressaltou a força dos movimentos populares, apontando conquistas importantes que têm proporcionado dignidade a muitas pessoas historicamente marginalizadas. Além disso, destacou o trabalho do governo do estado, sobretudo no campo da regularização fundiária.

O pastor Ivaldo Sales, da Igreja Anglicana de Gaibu, alertou para a gravidade da questão habitacional, refletida no aumento do número de pessoas em situação de rua, situação que agrava ainda mais o cenário social.

Em sua exposição, Clarissa Lima, diretora de Programas Habitacionais da Cehab, apresentou dados sobre o déficit habitacional nos municípios pernambucanos do Cabo de Santo Agostinho e de Jaboatão dos Guararapes. Nesse sentido, informou que, em Jaboatão, existem 26 empreendimentos em execução pelo Programa Entrada Garantida, dos quais 4 já foram entregues. Também destacou o Programa Reforma do Lar, que investe R$ 18 mil por unidade habitacional em obras de melhoria e ampliação, contabilizando 342 reformas concluídas em Jaboatão e mais de 800 em todo o estado.

De acordo com a gestora, a previsão é de que, no ano de 2026, o programa alcance mais de 10 mil moradias reformadas. Por fim, Clarissa Lima ressaltou que o governo do estado entregou mais de 11 mil títulos de propriedade nos últimos 3 anos, e que a gestão mantém parcerias com movimentos sociais para ampliar o acesso à moradia.

Em sua fala, Francisco Papaléo, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Jaboatão dos Guararapes/PE, reforçou a importância da atuação da Frente Parlamentar e informou que o município de Jaboatão dos Guararapes está trabalhando para regularizar mais de cinco mil moradias.

Em seguida, o Deputado João Paulo do PT anunciou a apresentação de dois projetos de lei direcionados à política habitacional: uma proposta que estabelece a metragem mínima para novas unidades habitacionais populares no Estado de Pernambuco (PL 3615/2025); e outra que institui a Política Estadual de Produção Social de Moradias por Autogestão (PL 3617/2025), com o objetivo de permitir que associações e cooperativas de moradores construam e administrem habitacionais com protagonismo e assessoria técnica.

Na parte final do encontro, representantes populares relataram diversas dificuldades vivenciadas nas comunidades, tais como alagamentos frequentes, falta de infraestrutura urbana e vulnerabilidade social.

Durante a interação, os representantes governamentais se colocaram à disposição para o diálogo e para a busca de soluções relativas às demandas apresentadas. Foi registrada a ausência de representantes da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho/PE, cuja participação seria essencial para o debate e a construção de soluções conjuntas.

Encaminhamento: Convocação de nova reunião para o mês de abril de 2026, na Alepe.

Reunião Ordinária nº 4

Data: 23/03/2026

Horário: 19h

Local: Escola Técnica Estadual José Alencar Gomes da Silva

Deputados presentes: Deputado João Paulo do PT, coordenador-geral da Frente Parlamentar

Convidados: Clarissa Lima, diretora de Programas Habitacionais da Cehab; Pedro Guerra, secretário executivo de Habitação de Olinda/PE; Patrícia Diniz, da Cooperativa Técnica, Agrícola e Habitacional do Nordeste (Cooperhagri); e Diogo Lopes, consultor legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Tema: Déficit habitacional nos municípios de Olinda/PE e Paulista/PE

No dia 23 de março de 2026, às 19h, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular. O evento ocorreu na Escola Técnica Estadual José Alencar Gomes da Silva, localizada na Rua Rivadávia Miranda de Souza, nº 170, bairro do Janga, no município de Paulista/PE.

A reunião foi aberta pelo Deputado João Paulo do PT, que detalhou a atuação da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular. O colegiado tem como principal objetivo articular políticas públicas destinadas a garantir o direito à moradia digna, a partir do diálogo com movimentos sociais e o poder público.

O parlamentar ressaltou a sua longeva atuação na luta por moradia, inclusive em seus mandatos à frente da Prefeitura do Recife. Destacou ainda os elevados índices de pobreza nos municípios de Olinda e Paulista, refletida em uma grande vulnerabilidade social da população.

Em sua exposição, Clarissa Lima, Diretora de Programas Habitacionais da Cehab, apresentou dados do programa Morar Bem Pernambuco relativos aos municípios de Olinda e Paulista, com foco nas modalidades Entrada Garantida e Reforma do Lar. Destacou, ainda, o trabalho de regularização fundiária do governo estadual, que consiste na entrega do título de propriedade à população que reside em domicílios próprios, mas em situação de inadequação fundiária.

Em sua fala, Pedro Guerra, secretário executivo de Habitação de Olinda/PE, destacou o trabalho da Frente Parlamentar e do Deputado João Paulo do PT, e ressaltou a atuação em conjunto da gestão municipal com o governo do estado no combate ao déficit habitacional.

Patrícia Diniz, da Cooperhagri, relatou algumas dificuldades enfrentadas nas contratações do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, uma linha de atendimento do PMCMV. Esta modalidade tem por finalidade a concessão de financiamento subsidiado a famílias organizadas por meio de entidades privadas sem fins lucrativos para produção de unidades habitacionais urbanas, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O MCMV-Entidades busca apoiar a produção social da moradia e a participação da população como protagonista na solução de seus problemas habitacionais, estimulando a organização popular e a produção habitacional por autogestão.

Os representantes de movimentos sociais presentes à reunião que fizeram uso da palavra foram os seguintes: Giancarlo Lírios, do Movimento de Luta e Resistência pelo Teto (MLRT); Irmã Tatiana Raquel, do Movimento dos Trabalhadores por Moradia Digna (MTMD); Patrícia, do Movimento pela Libertação dos Sem Terra (MLST); Cris Lira, da Organização e Luta dos Movimentos Populares de Pernambuco (OLMP); Chiquinho, da Organização e Luta por Moradia Digna (OLMD); Patrícia Conceição, do Movimento Popular pela Moradia Digna; e Sérgio Capoeira, do Movimento de Luta pelo Teto (MLT).

Em suas participações, os inscritos fizeram questão de elogiar as ações do PMCMV, do governo federal, e do Programa Morar Bem, do governo estadual. Ressaltaram a parceria dos movimentos de luta pela moradia com a gestão estadual, mas pontuaram a necessidade de avançar em suas conquistas.

As falas dos presentes destacaram, ainda, a grande participação feminina no encontro, assim como o papel central das mulheres na luta por moradia, especialmente nos contextos de vulnerabilidade social e urbana. Em muitas comunidades, são elas que assumem a responsabilidade pela organização familiar, pela administração dos recursos domésticos e pela garantia das condições mínimas de sobrevivência.

Diante da precariedade habitacional, as mulheres frequentemente se tornam protagonistas na mobilização social, liderando movimentos comunitários, associações de moradores e iniciativas coletivas que buscam o acesso à habitação adequada, infraestrutura básica e serviços públicos essenciais.

A valorização dessa atuação, além de fortalecer a autonomia feminina, amplia oportunidades de liderança e contribui para a transformação social. Nesse

contexto, as políticas habitacionais que consideram a participação ativa das mulheres e priorizam famílias chefiadas por elas representam importantes instrumentos para reduzir desigualdades e garantir o direito fundamental à moradia digna para todos.

Por fim, foi registrada e lamentada pelo Deputado João Paulo do PT a ausência de representantes da Prefeitura de Paulista/PE no evento.

Encaminhamentos: o coordenador da Frente Parlamentar, Deputado João Paulo do PT, propôs o agendamento de reuniões com o governo federal, o governo estadual e as prefeituras dos municípios de Olinda e Paulista, com o objetivo de apresentar as demandas dos movimentos sociais e articular a construção de alternativas entre os entes federados para as reivindicações apresentadas.

Reunião Ordinária nº 5

Data: 02/06/2026

Horário: 19h

Local: Auditório do Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Deputados presentes: Deputado João Paulo do PT, coordenador-geral da Frente Parlamentar

Convidados: Ícaro Tenório, diretor de Programas Habitacionais da Cehab; Bruna Leite, defensora pública do Estado e Coordenadora do Núcleo de Terras, Habitação e Moradia (NUTHAM); Diogo Lopes, consultor legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; Marília Rufino, vereadora do Município de Moreno/PE; e as lideranças de movimentos sociais Alexandre Alves (Movimento de Luta pela Moradia de Pernambuco), Josenildo Guimarães (Organização Luta, Moradia e Teto) e Hércules Lima (Movimento Estadual por Moradia Popular de Pernambuco).

Tema: Déficit habitacional no município de Recife/PE

No dia 2 de junho de 2026, às 19h, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular. O evento ocorreu no Auditório do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), localizado na Avenida Cruz Cabugá, nº 1033, bairro de Santo Amaro, no município de Recife/PE.

A reunião foi aberta pelo Deputado João Paulo do PT, que destacou o déficit habitacional do estado e fez uma breve retrospectiva de todas as atividades da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular.

O deputado registrou, ainda, a sua atuação, por décadas, em defesa do direito à moradia, enquanto parlamentar e como gestor municipal (Programa Guarda-chuva), e enfatizou que a prevenção em áreas de risco é um dever permanente do poder público.

Em sua fala, Ícaro Tenório, Diretor de Programas Habitacionais da Cehab, elencou as ações do “Programa Morar Bem Pernambuco”, principal política habitacional estadual, com ênfase na entrega de mais de 15.000 títulos de propriedade através do programa de regularização fundiária, um dos eixos do Morar Bem.

Destacou, ainda, o grande déficit habitacional do estado observado no início da atual gestão estadual, estimado em mais de 300.000 unidades, e o papel da Caixa Econômica Federal (CEF) no enfrentamento desse déficit. Por fim, ressaltou a parceria entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, por meio do “Moradia Legal”, programa de regularização fundiária do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE).

Bruna Leite, defensora pública do Estado, destacou a representatividade da participação feminina na luta por moradia. Representando o Núcleo de Terras, Habitação e Moradia (Nutham) do órgão, a defensora manifestou preocupação com a ausência de transparência nas listas de espera por habitação, considerando aspectos como seleção, critérios e ordem de prioridade dos beneficiários. Por fim, defendeu o acesso à informação como pilar para a construção de políticas públicas eficazes.

Em resposta, o Deputado João Paulo do PT propôs a transformação dessa demanda em um pedido oficial de informação ao governo do estado, assim como defendeu a elaboração de um projeto de lei para garantir a publicidade dessas listas.

Alexandre Alves, do Movimento de Luta pela Moradia de Pernambuco (MLM-PE), destacou as ações do governo estadual na área habitacional. Por outro lado, afirmou que existem famílias recebendo auxílio-moradia há mais de 10 anos, sem uma solução definitiva para os seus problemas. Alexandre pontuou, ainda, a existência de imóveis não utilizados no Centro do Recife, e solicitou atenção especial do poder público para a comunidade Milagre de Deus, localizada próxima ao DER.

Josenildo Guimarães, da Organização Luta, Moradia e Teto (OLMT), ressaltou a importância da atuação dos movimentos sociais junto ao poder público, o que garante perspectivas de futuro para as famílias envolvidas.

Hércules Lima, do Movimento Estadual por Moradia Popular de Pernambuco (MEPMP/PE), por sua vez, destacou o problema da ausência de infraestrutura no entorno dos habitacionais; nesse sentido, a ausência de creches e postos de de saúde dificulta a continuidade dos moradores nas residências.

Jéssica Brenda, também do Movimento Estadual por Moradia Popular de Pernambuco (MEPMP/PE), ressaltou a importância dos movimentos sociais que lutam por habitação, assim como a função social da moradia.

Estiveram também presentes à reunião a vereadora do município de Moreno/PE, Marília Rufino, e Carolina Siqueira, assistente social da Cehab, que indicaram o direito à moradia como um direito social fundamental, garantido pela Constituição Federal. A vereadora lamentou a ausência de um Conselho da Cidade em seu município e destacou a apresentação de uma proposição de sua autoria, prevendo a criação do referido colegiado.

Retomando a palavra após as considerações dos presentes, o diretor da Cehab, Ícaro Tenório, afirmou não existir uma “lista de espera” dos beneficiários que esperam soluções habitacionais.

Defendeu ainda que o auxílio-moradia não corresponde a uma solução habitacional, e que a atual gestão estadual promove a concessão desse benefício em caráter temporário, por prazo determinado, com planejamento para a entrega de moradias definitivas.

O gestor apresentou, ainda, diversos dados relativos à política habitacional do estado, destacando as parcerias com o governo federal nesse sentido:

Reforma no Lar, que corresponde a um subsídio para melhorias no valor de R$ 18.000,00 por família. A iniciativa contempla instalações elétricas e hidrossanitárias, cobertura (telhado), esquadrias, fachada e revestimentos internos. O objetivo do programa é reformar 12.600 unidades em todo o estado; até o momento, mais de 2.000 famílias foram contempladas.

A 2ª edição do programa tem como meta beneficiar 10.000 famílias pernambucanas, da seguinte forma: 6.000 unidades no município do Recife; 2.000 na RMR e Zona da Mata; e 2.000 domicílios no Agreste Central, Sertão Central e Sertão do São Francisco.

Entrada Garantida

- Cerca de 24.000 famílias beneficiadas;
- 31 municípios atendidos no estado;
- 416 empreendimentos cadastrados;
- 120 empresas da construção civil;
- R$ 480 milhões investidos em subsídios.

Retomada de obras - essa modalidade totaliza mais de 4.356 famílias beneficiadas com unidades habitacionais, conforme demonstrado a seguir:

- 7 empreendimentos retomados e finalizados, totalizando 2.114 unidades;
- 6 empreendimentos em andamento, totalizando 1.502 unidades;
- 4 empreendimentos em processo de retomada, já licitados, o que corresponderá a 740 novas unidades habitacionais.

FAR/FDS/SUB50

- 11.688 unidades disponibilizadas;
- 3.355 unidades (cerca de 30%) em empreendimentos do governo estadual;
- 46 mil pessoas beneficiadas;
- R$ 79 milhões investidos, zerando parcelas das famílias no MCMV FAR e FDS que não recebem Bolsa-Família e BPC.

FAR

- 43 empreendimentos, sendo 17 deles propostos pelo governo estadual;
- 7.502 unidades disponibilizadas;
- 21 municípios com empreendimentos contratados;
- R$ 56,4 milhões em empreendimentos propostos pelo governo do estado e R$ 10,5 milhões em empreendimentos propostos por municípios e empresas.

FDS

- 21 empreendimentos, sendo 5 deles em terrenos doados pelo governo estadual;
- 2.216 unidades disponibilizadas;
- 5 municípios com empreendimentos contratados, e 16 com empreendimentos em análise para contratação;
- R$ 10,9 milhões em empreendimentos propostos pelo governo do estado e R$ 5,9 milhões em empreendimentos propostos por municípios e empresas.

SUB50 - lançado no segundo semestre de 2024, o Novo PAC MCMV Sub 50 é uma linha do PMCMV voltada à construção de unidades habitacionais em áreas urbanas de municípios com até 50 mil habitantes:

- 57 empreendimentos, sendo 13 deles propostos pelo governo estadual;
- 1.970 unidades disponibilizadas;
- 13 municípios com empreendimentos contratados;
- R$ 62,3 milhões em empreendimentos propostos pelo governo do estado.

Cheque Esperança

- 2.932 unidades habitacionais a serem indenizadas, doadas ou desapropriadas, em 134 edificações;
- 1.182 transferências de propriedade (40% do total);
- 131 edificações desocupadas (97% do total);
- 126 edificações demolidas (94% do total).

Regularização Fundiária

- 15.206 processos finalizados;
- 31.597 processos em andamento.

Programa REGMEL - Periferia Viva: prevê a regularização fundiária seguida da realização de obras de melhoria habitacional:

- 7.095 famílias já beneficiadas;
- 13.661 famílias beneficiadas (meta).

Novos projetos habitacionais

- Habitacional Frei Caneca (terreno da antiga Vice-Governadoria), que contará com 3 blocos e 48 unidades habitacionais, e contemplará as famílias que residiam no Canal de Santa Terezinha (também conhecido como Canal da Vovozinha), em Santo Amaro.
  Obra iniciada no mês de fevereiro/25, está na fase de fundações.
- Residencial Vicência, composto por 12 casas térreas (distribuídas em 3 quadras), contemplando as famílias atingidas pelos temporais de 2022, no município de Vicência.
  Obra iniciada no mês de fevereiro/25, finalizada e entregue no mês de março/26.

Projeto "Retrofit", voltado à requalificação de prédios degradados, não utilizados e subutilizados, localizados no Centro do Recife, para habitação social:

- Edifício nº 371 (antigo prédio do IBGE) - MCMV FDS 2025, 32 unidades habitacionais.
  Resultado do Chamamento dia 12/06; Movimento MST.
- Edifício Segadas Viana (antigo prédio do INSS) - MCMV FDS 2025, 58 unidades habitacionais.
  Resultado do Chamamento dia 12/06; Movimento MLRT.
- Edifício da Caixa, localizado na Av. Guararapes - MCMV Faixa 1, aproximadamente 80 unidades habitacionais.
  Escritura de Compra e Venda assinada.

No encerramento da reunião, o Deputado João Paulo do PT destacou o Projeto de Lei Ordinária nº 3737/2026, que institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento aos Impactos Ambientais e Sociais negativos advindos da incidência de chuvas - Programa Guarda-Chuva. A proposição, de sua autoria, encontra-se em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O parlamentar anunciou, ainda, a apresentação do Relatório Final deste colegiado para o dia 17 de agosto de 2026, às 18h, no Auditório Sérgio Guerra (Alepe).

O documento, que reunirá os principais dados, diagnósticos e propostas construídas ao longo dos trabalhos, tem como objetivo consolidar as contribuições apresentadas por especialistas, poder público e sociedade civil, atuando como um instrumento para o aperfeiçoamento das políticas habitacionais no estado.

Por fim, foi registrada a ausência de representantes da Prefeitura do Recife/PE no evento, assim como a falta do envio de justificativa para o não comparecimento.

Encaminhamentos: o coordenador da Frente Parlamentar, Deputado João Paulo do PT, anunciou que apresentará um projeto de lei com o objetivo de ampliar a transparência das listas de beneficiários e de espera por habitacionais e auxílio-moradia, uma das principais reivindicações apresentadas por movimentos sociais e famílias durante as escutas do colegiado.

A proposta busca garantir que os beneficiários tenham acesso a informações sobre sua situação nos programas habitacionais (posição, estágio dos processos e perspectivas reais de atendimento), de modo a proporcionar mais segurança e previsibilidade durante o período de espera por uma moradia definitiva.

4. PRODUTOS DA FRENTE PARLAMENTAR

A Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular consolidou-se como um espaço estratégico de articulação entre o poder público e os movimentos sociais para enfrentar o déficit habitacional do estado.

O colegiado realizou reuniões itinerantes e audiências públicas em municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR), com foco em diagnósticos territoriais e no acompanhamento de políticas habitacionais, mais especificamente do programa estadual Morar Bem Pernambuco e do programa federal Minha Casa, Minha Vida.

A atuação da frente parlamentar priorizou a escuta ativa de lideranças comunitárias e a análise de componentes críticos relacionados ao tema, a exemplo da habitação precária, do ônus excessivo com aluguel e da urgência de habitabilidade nas áreas urbanas.

Entre os principais produtos gerados, destaca-se a elaboração das seguintes proposições legislativas voltadas à política habitacional:

- Projeto de Lei Ordinária nº 3345/2025: altera a Lei nº 14.250/2010, que altera denominação, competências e atribuições do Fundo Estadual de Habitação - FEHAB, instituído pela Lei nº 11.796/2000 e alterações, a fim de estabelecer reserva de unidades habitacionais para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Estado de Pernambuco.
- Projeto de Lei Ordinária nº 3615/2025: estabelece critérios mínimos para a construção de casas populares pelo Poder Executivo, na forma que especifica, com o objetivo de garantir padrões de dignidade nas construções.
- Projeto de Lei Ordinária nº 3617/2025: institui a Política Estadual de Produção Social de Moradias por Autogestão, entendido como o processo solidário de construção, reforma, melhoria, urbanização, requalificação habitacional ou regularização fundiária de interesse social realizado por associados, com o apoio de entidades comunitárias e de assessoria técnica, nos termos da regulamentação aplicável. Tal iniciativa busca, portanto,

fortalecer o protagonismo de associações e cooperativas na gestão de seus próprios empreendimentos.

- Projeto de Lei Ordinária nº 3737/2026: institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento aos Impactos das Chuvas (Programa Guarda-Chuva). A iniciativa é destinada à promoção de ações integradas de prevenção, mitigação, resposta e recuperação frente aos eventos climáticos de elevada precipitação pluviométrica, compreendendo intervenções de drenagem, manutenção de infraestrutura, proteção de áreas de risco, apoio emergencial às famílias vulneráveis e fortalecimento da resiliência territorial.

No âmbito dos encaminhamentos práticos, a frente atuou como mediadora em conflitos, tais como a situação dos prédios-caixão na RMR. O colegiado acolheu reivindicações de mutuários sobre a insuficiência do programa Cheque Esperança e a necessidade de atualizar a lista de imóveis elegíveis para indenização, buscando evitar que a extinção de ações judiciais prejudique famílias vulneráveis.

Além disso, houve a cobrança por uma maior integração entre os entes federados, resultando na proposição de agendas conjuntas com prefeituras para garantir a manutenção de conjuntos habitacionais e a assistência a moradores de prédios interditados, evitando o abandono e furtos de materiais.

As recomendações do colegiado, por sua vez, enfatizaram a necessidade da flexibilização de critérios de acesso a programas habitacionais para populações de baixa renda e informais, que frequentemente enfrentam barreiras burocráticas.

A frente parlamentar recomendou, ainda, a aceleração das contratações pendentes do MCMV-Entidades (FDS), assim como a prorrogação do prazo para essas contratações. Houve, também, um forte apelo dos movimentos sociais para que as obras de infraestrutura viária e drenagem sejam articuladas com as políticas de habitação, de forma a mitigar despejos forçados e a garantir indenizações justas ou o reassentamento imediato das famílias afetadas.

Por fim, o colegiado reafirmou a importância da perspectiva de gênero, com especial destaque para as mães-solo, e da participação popular contínua no enfrentamento do déficit habitacional no estado.

Diante do exposto, solicitamos o valoroso apoio dos nobres parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para a aprovação deste Relatório Final.

Deputado João Paulo do PT

Coordenador-Geral da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular